



SABERES AGROECOLÓGICOS E A VIVÊNCIA DO CUIDADO COMO RESISTÊNCIA E AUTONOMIA NO DESENHO TERRITORIAL DA COMUNIDADE PADRE ROQUE - CASTRO, PR

Iara Beatriz Falcade Pereira¹

RESUMO

Este artigo trata da socialização de experiências do estudo de viabilidade do desenho e gestão territorial da comunidade agroecológica Pe. Roque Zimmermann no município de Castro no estado do Paraná-Brasil, realizado no ano de 2019 até início de 2020. A demanda deste planejamento ocorre no contexto do Projeto de Extensão “Mapeamentos Comunitários em experiências de r-existências” pela parceria entre as universidades UFPR (Universidade Federal do Paraná) e UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) com o Movimento dos e das Trabalhadores/as Rurais Sem-Terra do Paraná (MST PR). Essa experiência inédita no estado, entre o movimento e extensionistas ‘técnicos, docentes e discentes’ dos departamentos de Geografia, Geomática, Engenharia de Transportes, Direito e Arquitetura se insere no contexto histórico dos planejamentos em territórios de reforma agrária, provocando repensar rupturas e relações desde a agroecologia e o cuidado da vida como centralidade irradiadora. O trabalho narra desde a convivencialidade cotidiana, a produção comunitária do desenho e estudo técnico de gestão territorial da área de moradias com quintais produtivos e da área comunitária dessa comunidade. No decorrer do processo evidenciou uma construção de epistemologia e metodologia alternativa própria entrelaçando os saberes e particularidades das/os/es seus sujeitas/os/es, com ênfase nas práticas e saberes agroecológicos e do cuidado das mulheres mães e crianças enquanto Guardiãs-sementes dessa relacionalidade, que aciona resistências e autonomias camponesas e contribui para pensar as práticas de uma geografia anti-colonial.

Palavras-chave: Agroecologia, Cuidado, Mulheres Camponesas, Desenho Territorial, Geografia Anti-colonial.

RESUMEN

Este artículo narra el intercambio de experiencias del estudio de viabilidad del diseño y gestión territorial de la comunidad agroecológica P. Roque Zimmermann en el municipio de Castro en el estado de Paraná-Brasil, realizado en 2019 hasta principios de 2020. La demanda de este La planificación se da en el contexto del Proyecto de Extensión “Mapeo Comunitario en Experiencias de Existencia” a través de la alianza entre las universidades UFPR (Universidad Federal de Paraná) y UEPG (Universidad Estatal de Ponta Grossa) con el Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem-Terra de Paraná (MST PR). Esta

¹ Antes de tudo, me considero uma aprendiz entre mundos. Dentre tantas coisas, sou uma jovem branca mestiça, ‘meio cigana’, aprendiz da terra, de saberes populares, de artesanias, da bioconstrução e também das plantas e curas alternativas. Originária das terras que chamam Paraná, venho de famílias camponesas, neta de Irene, Luíz Júlio, Iracema e Fortunato. Sendo minha mãe e pai quando jovens, militantes pelos direitos da terra e sociais no Brasil no sudoeste do Paraná, expulsos pela matriz sócio-cultural e histórica que os levaram à viver na capital do estado, onde nasci. Teço essa curta e breve narrativa que costura as lutas e origens dos meus ancestrais, que também acreditaram no estudo como uma possibilidade de melhoria de vida individual e coletiva, principalmente como um caminho de independência para as mulheres, e que carrego como memória e aprendizados, também para minhas relações e investigações, sendo dentre as famílias a primeira bacharela em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR por cotas sociais, atualmente Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – PPGGEO - UFPR, em formação técnica-militante integrante do grupo PLANTEAR-UFPR e Bolsista CAPES - ibfalcade@gmail.com; <<http://lattes.cnpq.br/4567291226798200>>



experiencia inédita en el estado, entre el movimiento y los extensionistas técnicos, docentes y estudiantes de los departamentos de Geografía, Geomática, Ingeniería del Transporte, Derecho y Arquitectura, forma parte del contexto histórico de la planificación en los territorios de reforma agraria, provocando replanteamientos y rupturas. relaciones desde la agroecología y el cuidado de la vida como centralidad radiante. El trabajo narra desde la convivencia cotidiana, la producción comunitaria del diseño y estudio técnico de gestión territorial del área habitacional con patios productivos y el área comunitaria de esa comunidad. Durante el proceso, se evidenció una construcción de epistemología propia y metodología alternativa, entrelazando los saberes y particularidades de sus sujetos, con énfasis en las prácticas y saberes agroecológicos y en el cuidado de las mujeres madres e hijas como Guardianas-semillas de esta relacionalidad, lo que desencadena resistencias y autonomías campesinas y contribuye a reflexionar sobre las prácticas de una geografía anticolonial.

Palabras clave: Agroecología, Cuidado, Mujer Campesina, Diseño Territorial, Geografía Anticolonial.

INTRODUZINDO A EXPERIÊNCIA: O DESENHO TERRITORIAL DA COMUNIDADE CAMPONESA E AGROECOLÓGICA PADRE ROQUE ZIMMERMANN – MST PR

Ao longo do ano de 2019 até o início de 2020 estivemos entre mais de 60 corpos de pluri cores, etnias, gêneros, sexualidades, gerações, culturas e saberes construindo o desenho do território da comunidade agroecológica Padre Roque Zimmermann em Castro - PR, ocupado no dia seis de dezembro de 2018 por cerca de 40 famílias do Movimento dos e das Trabalhadores/as Rurais Sem-Terra (MST PR). Localizado em um município do agronegócio cercado de fronteiras de soja e monocultivos, o rio Iapó é um dos corpos resistentes desse território, margeando uma grande parte da ocupação. Nesta, resiste uma semente cotidiana de saberes plurais do cuidado e da agroecologia, de pessoas que vem de diferentes lugares com distintas trajetórias de si e das suas gerações anteriores. São corpos que os traços, cores e histórias expressam uma diversidade de origens camponesas e povos da terra, entre outros, expulsos de seus territórios e que vem se tornando sem-terra em múltipla condição.

A narrativa da diversidade que compõe o MST, verificado no recorte paranaense, é levantada porque é possível ver os saberes e as vivências desses corpos de tantas origens construindo experiências comunitárias de resistência e autonomia cotidiana como esta que culmina no Acampamento Padre Roque Zimmermann. Diante do contínuo conflito com os povos da terra e originários de Abya Yala² desde o início da colonização neste continente, nesta experiência narro o campo exploratório de uma possibilidade outra (dentre tantas ou das convencionais) de ler que através do vínculo da vida com a terra que mobiliza as ocupações

² Segundo Porto-Gonçalves (2009), “Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente em oposição a América”, sendo um termo do povo Kuna do norte da Colômbia e “se inscreve, recentemente, no léxico político dos chamados povos originários, que, em luta contra processos históricos de cunho colonial e neocolonial, afirmam sua própria identidade como sujeitos políticos”.



camponesas do MST, também reside um pulso de retomada de seus territórios e saberes, de formas comunitárias, e que passa por essa primeira urgência de estar na terra para reproduzir a vida.

Este trabalho de socialização de experiências, portanto, irá abordar a escala da produção comunitária do planejamento do território de reforma agrária do Pe. Roque, o qual germinou no desenho e estudo técnico de gestão territorial da área de moradias com quintais produtivos e da área comunitária dessa comunidade agroecológica no período de fevereiro de 2019 a fevereiro de 2020. No decorrer do processo evidenciou uma construção de epistemologia e metodologia alternativa própria entrelaçando os saberes e particularidades das/os/es seus sujeitas/os/es, com ênfase na importância dos saberes cotidianos do cuidado e da agroecologia das mulheres camponesas, mães e crianças, que acionam resistências e autonomias comunitárias cotidianamente.

Neste trabalho coletivo nos reunimos no Projeto de Extensão “Mapeamentos Comunitários em experiências de r-existências³” pela parceria entre as universidades UFPR (Universidade Federal do Paraná) e UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) com o MST PR. O movimento trouxe a demanda dessa organização territorial comunitária como fruto de longo debate e trajetória das urgências de se repensar seus territórios de reforma agrária com outros princípios fundantes, como é o caso da agroecologia, uma vez que cada vez mais o estado tem se ausentado desse processo⁴. O estudo foi resultado de 10 encontros/oficinas⁵ na própria comunidade divididas em duas fases definidas pelas/os/es moradores, sendo a primeira das áreas de moradias com quintais produtivos e a segunda da área comunitária.

As mulheres dessa comunidade foram/são importantes Guardiãs e nutridoras da vivência do cuidado que permitiu a todas/os/es envolvidas/os/es perceber e construir esse processo de planejamento desde o cotidiano comunitário, principalmente durante a fase 2. A geração das crianças, as sementes que são em maioria do gênero feminino, também constituíram importantes elementos na metodologia e planejamento da comunidade.

Esse trabalho é fruto, portanto, da experiência junto ao Mapeamentos Comunitários e a relação que nutro com o MST nos últimos quatro anos, que propulsionaram o projeto de pesquisa do atual mestrado, e diante dele, ainda em construção, tenho percorrido mais reflexões

³ Projeto de Extensão Universitária financiamento Fundação Araucária, Universidade Federal do Paraná.

⁴ Tanto tem se ausentado do debate e das ações de regularização, quanto tem fechado os olhos para a crescente violência no campo. Consulta: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, GEOLUTAS/NERA. www.unioeste.br/projetos/geolutas.

⁵ Encontros/oficinas: nem todos os momentos compartilhados entre comunidade e equipe do projeto foram oficinas por definição. Porém, sem dúvidas todos os encontros foram construtivos e fundamentais ao processo e trabalho executado.



sobre as práticas e saberes relacionais do cuidado e da agroecologia nos territórios de reforma agrária do MST no Paraná, ainda mais com a demarcação do estudo realizado e a mudança das famílias para suas novas áreas de moradia no dia 19 de março de 2020. Este artigo não irá abordar o processo posterior a esta data do parcelamento executado pelas famílias, no entanto é necessário registrar essa conquista que a comunidade está cultivando e vivendo o seu ‘sonho desenhado’ ou ‘desenho sonhado’.

Logo, este artigo apresenta como essa experiência do Pe. Roque permite ressignificar o planejamento como uma estratégia profunda de permanência e transformação de mundos na/com a terra, para resistência e cultivo da autonomia da vida. Percorremos a introdução da experiência, a sementeira metodológica do processo de desenho e gestão territorial, e os diálogos com autores sobre reflexões e miradas que contribuam para a prática de uma geografia anti-colonial desde os saberes agroecológicos e a vivência do cuidado como resistência e autonomia no desenho territorial da comunidade Padre Roque, Castro-PR.

DESENHANDO UMA METODOLOGIA PRÓPRIA: O PROCESSO DE UM ‘PLANEJAMENTO’ DESDE DIÁLOGOS DE SABERES NO CONTEXTO DO MST

Iniciamos apresentando a comunidade agroecológica Padre Roque com quem foi realizado coletivamente esse processo de planejamento, sendo narrada a metodologia própria e participante da experiência partilhada. Esta metodologia percorre os processos dialógicos do projeto de extensão, envolve leituras e pesquisa de referencial teórico e documental, formações e sistematizações coletivas enquanto equipe envolvida, idas a campo em processos de oficinas com a comunidade parceira, e também diálogos e articulações remotas⁶. Dessa relação, sempre foi solicitado à comunidade sua permissão para os registros fotográficos e de relatos, de acordo com princípios éticos para o desenvolvimento de pesquisas.

Enquanto equipe do trabalho, trago como aprendizado basilar partir da narrativa da experiência contextualizada e compreendê-la com a percepção das cinco dimensões propostas por Larrosa (2021:21-23): (1) “como uma relação com o mundo em que estamos imersos”; (2) “na sua relação com “a vida e o corpo”, compondo uma forma de vida e construindo conhecimento “corporalizado, incorporado, encarnado””; (3) “como conhecimento prático, derivado de uma relação ativamente comprometida com o mundo”; (4) como “motivo de investigação”; (5) e “como prática sobre a qual escrever e dizer” (FALCADE-PERERIA,

⁶ Durante o período de 2019 à 2020, precedente à Pandemia do Covid-19, e também alguns diálogos remotos ao longo de 2020 e 2021.



2021:160, *et al.*). Também considero compreende-la segundo Ivani Faria (2018:136) na perspectiva participante, pois se fundamenta em uma visão descolonial e democrática/comunitária, “em uma construção conjunta e contínua que reúne vários sujeitos sociais envolvidos diretamente nos projetos que se quer realizar. Significa construir junto, permitindo a formação e qualificação dos “atores” considerados como sujeitos, protagonistas do processo histórico”.

Um “início” da narrativa da experiência, portanto, está na formação da comunidade. Vindas do Acampamento Maria Rosa do Contestado⁷, Castro – PR, 40 famílias organizadas pelo Movimento dos e das Trabalhadores/as Rurais Sem Terra ocupam a terra pública titulada como Fazenda Jeca Martins, localizada no mesmo município da região dos Campos Gerais⁸ do estado paranaense. Estas famílias camponesas acumulam uma caminhada de vários anos em acampamentos do movimento, tendo ‘como chão’ construir um projeto de vida de um assentamento agroecológico. Este sonho passou a ser semeado nas terras dessa fazenda, rebatizada pelas próprias famílias como Acampamento Padre Roque Zimmermann⁹.

A terra ocupada é propriedade do Instituto Água e Terra do Paraná (IAT)¹⁰ e com o objetivo de realização de pesquisas agrárias, estava formalmente cedida à Universidade Federal do Paraná (UFPR) desde o ano de 2003. Esta, no entanto, desistira dos projetos no local e sem amparo legal a terra passou a ser utilizada para monocultivos de um vizinho. Assim foi utilizada até o momento da ocupação das famílias do MST PR, que atualmente habitam e cuidam desse território de aproximadamente 222 ha resignificando as relações com a terra e as estruturas

⁷ O Acampamento Maria Rosa do Contestado ocupa a terra pública Fazenda Capão do Cipó, desde 24 de agosto de 2015. Atualmente são cerca de 200 (duzentas) famílias que habitam este território de reforma agrária do MST, o qual tem produção agroecológica, 100% certificada em 2020 com o selo orgânico da Rede de Agroecologia ECOVIDA - CNPJ 04.371.122/0001-45.

⁸ Segundo Melo, Moro e Guimarães (2007) é a constituição da “região fitogeográfica (caracterizada pela vegetação natural) e as características representadas pela Escarpa Devoniana.” Apresentam em seus estudos “[...] a localização dos Campos Gerais no Paraná, a delimitação da região e a constituição do relevo regional e os obstáculos naturais. Procura subsidiar o esforço de aprofundamento do conhecimento regional, mostrando a identidade histórica e cultural da região dos Campos Gerais.” Disponível em: <<http://ri.uepg.br/riuepg/handle/123456789/445>> Acesso: 14 de julho de 2021.

⁹ “Ele [Padre Roque] foi um lutador do povo, né. Defensor das causas sociais e uma pessoa que eu tive o privilégio de conhecer no início do nosso acampamento em Três Lagoas, aqui mesmo em Castro, no Abapam, lá em 93. Um camarada que exerceu na prática o ofício de sacerdote, né, que é lutar pelo povo. Que é se misturar ao povo e ajudar a fazer a luta em defesa dos pobres. E por ser a escolha do nome é por ser esse lutador que ele foi, né. E um personagem recente. Faleceu no início de 2019. [...] Tava sendo realizada a missa de 7º dia dele, né. E por ser essa figura importante aí para nós a gente decidiu escolher pelo nome.” Depoimento de Célio Meira, coordenador local do MST PR (2020).

¹⁰ O agora IAT, antes denominava-se Instituto Ambiental do Paraná (IAP), sendo este o proprietário citado da Fazenda Jeca Martins. No entanto, “O governador Carlos Massa Ratinho Junior sancionou, no dia 18 de dezembro de 2019, a Lei nº 20.070/19, que autoriza a incorporação do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia (ITCG) e do Instituto das Águas do Paraná (Águas Paraná) pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) - agora denominado Instituto Água e Terra (IAT).” Disponível em: <<http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>> Acesso: 21 de outubro de 2021.



existentes da antiga fazenda. Nela, havia uma casa de madeira que atualmente é a ‘casa comunitária’, uma espécie de galpão em estrutura metálica sendo hoje o ‘barracão comunitário’, e algum maquinário abandonado. Apesar dos dois espaços apresentarem infraestrutura danificada e corroída com o tempo, ambos estão sendo revitalizados pelo convívio cotidiano da comunidade, que utiliza principalmente a casa, uma vez que a mesma era o único ponto com chuveiro, banheiro, e cozinha com água encanada no momento da ocupação.

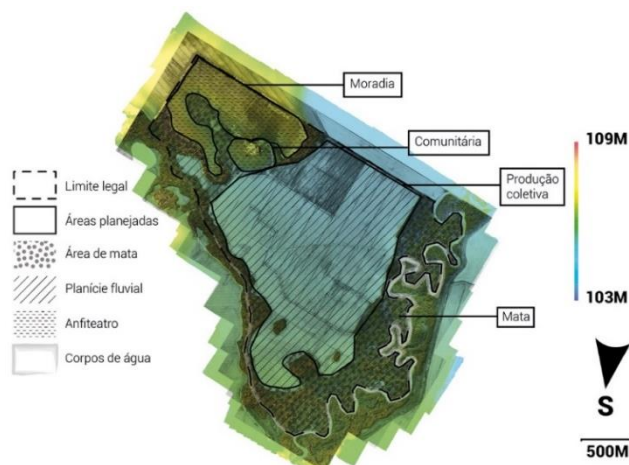


Figura 1: reconhecimento da área¹¹. Elaboração: as autoras, 2020 (FALCADE-PERERIA, et al, 2021:XX).

Ambas as comunidades irmãs Padre Roque e Maria Rosa nutrem e resistem um projeto agroecológico faceando o intenso agronegócio da região de Castro-PR, que se destaca nacional e internacionalmente pela produção de monoculturas principalmente de soja, milho e leite alinhados ao mercado hegemônico. Não somente, resistem também frente ao presente momento de paralização¹² e estrangulamento¹³ do que referia-se a construção e debates da reforma agrária no Brasil enquanto uma política pública nacional. Estas interfaces demonstram apenas uma parte da complexa trama histórica em Abya Yala das formas de ocupação e partilha de terras

¹¹ Produção cartográfica realizada a partir de aerolevanteamento por drone, realizado pelo Professor Leornado Ercolin Filho do Centro de Pesquisas Aplicadas em Geoinformação da Universidade Federal do Paraná (CEPAG – UFPR).

¹² O atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, interrompeu e não retomou os processos de reforma agrária no país. Ademir de Luccas (2021) sintetiza em entrevista a Jornal da USP no Ar 1ª Edição: “discursava contra a reforma agrária já em pré-campanha. No primeiro mês de mandato, Bolsonaro decretou a suspensão da reforma agrária, mas recuou após repercussão negativa. Entretanto, em março de 2019, o presidente suspendeu as vistorias de terra, o que travou todo o processo das reformas.” Disponível em: < <https://jornal.usp.br/atualidades/paralisacao-da-reforma-agraria-deve-gerar-reintegracao-de-posse-e-despejo/>> Acesso: 20 de outubro de 2021.

¹³ “Em fevereiro de 2021, o governo admitiu ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma paralisação do processo de reforma agrária. As informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela reforma, indicam que o governo zerou a edição de decretos de desapropriação e fez a menor aquisição de terras com essa finalidade desde 1995. Nunca houve um orçamento tão baixo para aquisição de terras, de acordo com dados registrados a partir de 2011.” Disponível em: < <https://jornal.usp.br/atualidades/paralisacao-da-reforma-agraria-deve-gerar-reintegracao-de-posse-e-despejo/>> Acesso: 20 de outubro de 2021.

Além disso, segundo entidades de trabalho e defesa das questões sobre terra no Brasil, os conflitos e violência tem crescido e se agravado mais ainda em territórios ocupados.



nos limites do território chamado brasileiro, que o MST se insere vivo e em movimento ao longo dos seus 37 anos¹⁴.

Neste período, o movimento tem semeado e cultivado pluri experiências quanto a organização e planejamento de seus territórios e espaços, marcando uma história que vem se resgatando e se vinculando cada vez mais com os sentidos de estar “na e com” a terra. No final da década de 1980, por exemplo, temos “propostas centradas na criação de cooperativas e na divisão do trabalho coletivo entre os camponeses de um assentamento¹⁵”, e na primeira metade dos anos 2000 “propostas com uma relação maior com os centros urbanos, ou mais ligadas às dimensões ambientais” (FALCADE-PEREIRA, 2021:161, *et al.*), sendo estas tipologias de “modelos” os mais aceitos institucionalmente e reconhecidos nas proposições do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou executados pelo próprio MST¹⁶. Após estas temporalidades, no entanto, as emergentes atualizações quanto à ‘abrangência da geografia dos e nos’ territórios de reforma agrária do movimento vêm proporcionando progressivamente novas experiências com ‘a vida’ como centralidade irradiadora.

A agroecologia se enraíza nesse processo, por exemplo, fortalecida pelas mulheres sem-terra¹⁷, semeando e cultivando resistências e saberes interseccionais das dimensões do cotidiano e do cuidado para um projeto de reforma agrária popular. A pluralidade passa a compor novas pautas e outras bandeiras levantadas desde dentro do movimento, também para repensar as relações, as práticas e os espaços desse projeto popular, e de forma mais profunda, da relação com a natureza como princípio fundante a se retomar. Esta breve narrativa contextualiza e nos ajuda a compreender o processo de planejamento do território da comunidade Pe. Roque que é a experiência convivenciada¹⁸ e descrita neste texto.

No Paraná a relação entre a UFPR e o MST possui uma trajetória de parcerias desde os saberes como as áreas da “educação, saúde, direito, juventude ou agroecologia” (FALCADE-

¹⁴ A fundação do movimento se deu em janeiro de 1984.

¹⁵ No livro “Brava Gente” de Stédile e Fernandes (2005[1999]) se faz um resgate das primeiras formas de organização no Movimento.

¹⁶ Para consultar as propostas do MST consultar CONCRAB (2001; 2004a; 2004b; 2004c).

¹⁷ Aos 36 anos do MST, em março de 2020, ocorre em Brasília o I Encontro Nacional das Mulheres Sem-Terra, momento histórico em que estivemos em mais de 3.500 mulheres de 24 estados do Brasil. O lema do encontro “Mulheres em luta, semeando resistência!” embalou a diversidade de corpos presentes: “Somos 3.500 mulheres vindas dos acampamentos e dos assentamentos de todos os estados e contamos com a participação de nossas queridas companheiras de movimentos populares e organizações políticas do Brasil e também mulheres internacionalistas, de 14 países da América Latina, América do Norte, Europa e África.” Disponível em: < <https://mst.org.br/2020/03/09/mulheres-sem-terra-um-mar-de-bandeiras-enfurecidas-contr-o-capital/>> Acesso: 20 de julho de 2021.

¹⁸ A escolha do termo experiência “convivenciada” foi feita sobre o conceito de Conviver e Convivenciar, pois em síntese define “viver com”, segundo dicionário da língua portuguesa do verbo Conviver (Oxford Languages, 2021). Também, dialoga com o conceito da “Convivencialidade” de Ivan Illich (1976) e a perspectiva de uma metodologia participante de Ivani Faria (2018).



PEREIRA, 2021:162, *et al.*). Diferentemente, a experiência deste projeto de extensão pela mesma universidade, se trata de uma articulação entre o movimento e áreas de pesquisadoras/es e técnicas/os extensionistas que nunca tinham trabalhado em conjunto. A demanda de diálogos de saberes em torno de um estudo de viabilidade para a implantação de um assentamento em território de reforma agrária nesta relação UFPR-MST se inaugura em fevereiro de 2019, quando a comunidade em questão recebe e se reúne com um grupo de docentes e discentes¹⁹ das áreas dos departamentos da Geografia, Geomática, Engenharia de Transportes, Direito e Arquitetura²⁰.

Quanto a pluralidade de saberes da comunidade, a protagonista dessa experiência e da verificação da escala cotidiana da história do MST, são pessoas que vêm de diferentes cidades paranaenses e até mesmo outros estados, de famílias de práticas camponesas, estas que foram sendo expulsas para margens urbanas chegando por exemplo, uma boa parte na periferia de Castro-PR. Quanto a outras características gerais presentes: a maioria eram homens cisgêneros²¹, héteros e solteiros (principalmente em faixas etárias de adulto à idosos); alguns casais em faixas etárias jovem-adulta-idosa, héteros e cisgêneros; algumas mulheres jovens-adultas, cisgêneras, de sexualidade maioria hétero, e mães solteiras; e crianças desde a fase dos 2 aos 12 anos, sendo quase todas do gênero feminino. Sobre seus estudos, as meninas em idade escolar vão para uma escola do município, e quanto aos adultos uma boa parte não chegou ao ensino médio, existindo alguns adultos-idosos analfabetos ou semianalfabetos, o que não é narrado para afirmar ausência²² de saberes, mas pelo contrário, pois estas pessoas carregam múltiplos conhecimentos sobre cuidados, plantios, preparo de alimentos, remédios caseiros, trabalhos manuais e de subsistência, ofícios de autoconstrução, entre outros que permearam a construção viva do projeto.

Anterior à presença da equipe no acampamento, as famílias fizeram um reconhecimento territorial e desenharam em uma folha de papel o que imaginavam para o território e que

¹⁹ A equipe construída ao longo do projeto “Mapeamentos Comunitários” além das áreas profissionais diversificadas, foi constituída por docentes e técnicos que já construíam relações com o movimento e comunidades meio às ruralidades, e também por discentes envolvidos em projetos como este ou ainda que não tiveram contato com essas comunidades.

²⁰ Ao longo das oficinas, participaram também pessoas das áreas de agronomia, geologia, música, engenharia florestal e ciências sociais.

²¹ Cisgênero de acordo com Brune Camillo Bonassi “é uma palavra cunhada na década de 1990 e difundida no ciberativismo, ativismo realizado pela internet, principalmente por pessoas trans e não binárias. Designa pessoas que se identificam única e exclusivamente com o sexo/gênero que lhes foi atribuído ao nascimento.” (2017:20)

²² O presente artigo não irá aprofundar o debate da intersecção dessas exclusões sociais e ausência do estado. No entanto, compreendo que é importante trazer esta observação, que entra também nas problemáticas de formatos educacionais que não compreendiam o contexto dessas pessoas, sendo este um dos exemplos de motivações até mesmo de abandono da escola, para trabalhar e ter algum sustento. Estas informações foram levantadas no convívio com a comunidade, entre diálogos e momentos das oficinas realizadas.



envolvia estas dimensões (Figura 2) com a demanda da implantação de um assentamento agroecológico em que 40 famílias pudessem conviver, cultivando seu alimento e cuidando de todas as formas de vida do território.



Figura 2: primeiro esboço da comunidade. Elaboração: a comunidade (2019); Imagem 1: primeira reunião do projeto no barracão comunitário. Foto: projeto “Mapeamentos” (2019).

O primeiro encontro (Imagem 1) demarcou claramente por parte da comunidade quatro dimensões importantes como parte da demanda sobre a sementeira e enraizamento de seu território: moradia, comunitária, produtiva e ambiental. Estas foram trazidas pelas famílias como esferas presentes e/ou estruturantes do seu cotidiano, tendo se entrelaçando relacionalmente ao longo de todo o projeto.

Os próximos passos para materialização do desenho seria propor o parcelamento das áreas das casas, e a etapa de planejamento dos espaços comuns e comunitários do assentamento. Por isso, foi estabelecido a temporalidade e prioridade do estudo na Fase 1 de oficinas para pensar as divisões das áreas de moradia (ou “eixo de moradias”) com quintal produtivo para a subsistência e cuidado de cada família, e a Fase 2 de planejamento do que seria a área comunitária (ou “eixo comunitário”). Para e a partir disso, o projeto se construiu sobre duas grandes diretrizes: (i) “compreender o território do acampamento em sua totalidade, costurando relacionalmente desde as moradias até as áreas de plantio, dos espaços comunitários aos bens comuns”; e (ii) “exercitar um planejamento que partia e reconhecia em todos os momentos a iniciativa da comunidade na decisão sobre o desenho e o sentido de seu território” (FALCADE-PERERIA, 2021:162, *et al.*).

Logo, a ‘estrutura dos momentos e produtos’ a serem construídos se deu incorporando as dimensões cotidianas, sobre as duas fases dos eixos da área de moradias e da área comunitária. Estas eram, pela própria definição da urgência e desejo da comunidade as principais demandas de planejamento, uma vez que narravam a casa e o barracão comunitários como espaços que já conseguiam suprir uma vida comunitária no acampamento, no entanto gostariam de iniciar o quanto antes possível o desenho do parcelamento para poderem iniciar o



plântio de árvores e seus pomares. Sendo assim, é a partir destas fases que descrevemos como foi se desenhando essa metodologia própria e como primeira experiência como esta, estamos longe de considerar esse trabalho um modelo e tampouco este é um objetivo. O projeto no Pe. Roque se mostrou um processo como um organismo vivo, e é “uma experiência pontual e seguramente limitada, mas que exploramos com a abertura e intensidade anteriormente apontadas por Larrosa (2018)” (FALCADE-PEREIRA, 2021:163, *et al.*).

Para dar andamento aos estudos fizemos uma parceria com o Departamento de Geomática da UFPR e foi realizado o levantamento altimétrico do acampamento (Figura 1). Verificamos as áreas de 118 ha de terras de lavoura em planície fluvial, um ‘anfiteatro’ um pouco mais elevado de 31 ha para a área de moradia e comunitária, dois corpos de cursos d’água (um correjo e o Rio Iapó²³) delimitando os dois maiores lados do acampamento, e ainda mais 73 ha de áreas de mata ciliar e outras manchas de mata nativa mista com eucaliptos. Esta base cartográfica com fotos aéreas de precisão, e com o detalhamento das curvas de nível do terreno demonstrou-se fundamental para somar elementos à compreensão total do território, em que a escala aérea contribuiu na percepção tanto subjetivamente quanto numericamente da escala térrea. Com o uso dessa tecnologia tivemos um impacto direto em uma variável imprecindível na vida de ocupações como esta: o tempo de início dos estudos da Fase 1 reduzido consideravelmente, por exemplo, se comparado com os processos de planejamento realizados oficialmente pelo INCRA nas regularizações de assentamentos de reforma agrária. Ou seja, não por ceder ao tempo urgente do sistema de alto consumo que vivemos, mas atentemos para o fato que isso tornaria possível as famílias demarcarem o estudo e iniciar o plântio de suas árvores nos seus quintais, e essa reflexão compõe as formas de viver ‘com a terra’ pelas populações camponesas as quais possuem outra diversidade de tempos e referências.

²³ O Rio Iapó é um importante corpo d’água de Castro-PR, sendo inclusive utilizado em um de ponto do seu percurso dentro do município para captação e distribuição de água potável da Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná). Neste ano, em setembro, houve um caso de mais de uma tonelada de peixes mortos retirados pela Prefeitura de Castro na fauna do mesmo, tendo assustado a população, sendo investigada e apontada pelo IAT de origem de contaminação humana. O laudo concluiu “De acordo com o instituto, os peixes podem ter morrido por poluição na água, alterações bruscas na qualidade da água ou até mesmo queda da vazão, mas os exames não permitiram que uma única causa fosse identificada e nem que alguém pudesse ser responsabilizado.” Consulta: <<https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2021/09/30/laudo-que-investiga-morte-de-peixes-no-rio-iapo-em-castro-aponta-que-despejo-de-industrias-da-regiao-esta-regular.ghtml>> Acesso: 10 de outubro de 2021.

Apesar do laudo do IAT, o município enfrenta um problema histórico de contaminação das águas pela presença de agrotóxicos, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde. Estes, foram publicados em dois Boletins Epidemiológicos pela Secretaria de Vigilância em Saúde (nº 10 e nº 17 – volume 4) no ano de 2013, informando uma quantidade de agrotóxicos nas águas de Castro acima do Valor Máximo Permitido (VMP) pela legislação. Ainda, com base em análises entre 2014 e 2016 publicadas pelo Controle do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA), também do Ministério da Saúde, os 27 agrotóxicos testados foram todos detectados nas águas de Castro. É possível afirmar pelos dados disponíveis que o município “supera a observância dos limites de uso de agrotóxicos que são indicados na esfera internacional” (CEPPUR, *et al.*, 2020).



Sequencialmente, com os mapas foi acordado o contorno e onde seria cada área destinada à preservação de matas nativas, às moradias, à área comunitária e à área de produção coletiva. Também ficou acordado entre a comunidade que ela própria realizaria a autogestão da divisão do plantio agroecológico na área de produção coletiva (Imagem 02), e assim seguem fazendo. É importante mencionar que desde o momento da ocupação, as famílias fizeram seus barracos (como chamam) em torno das estruturas comunitárias e iniciaram simultaneamente suas roças agroecológicas onde é a área da planície fluvial, que ficou com os limites mais claros como área produtiva nesta etapa do projeto. Com isto, foram realizados estudos e propostas de divisões para o eixo das moradias, em processo de vai e vem das oficinas com a comunidade, até ser definido um desenho que contemplasse as expectativas e demandas de convívio das famílias.



Imagem 02: vista da área comunitária da área produtiva com roçados agroecológicos. Foto: a autora (2019).

Nos momentos com a comunidade foram utilizados mapas, desenhos coletivos (com bases em metodologias de mapeamentos sociais e participantes) e andanças na área para percepção desde o diálogo de escalas, sendo o corpo uma delas. O caminhar e medir coletivo foi fundamental para as decisões comunitárias sobre o parcelamento das áreas de moradia e quintais produtivos, pois evidenciou uma ‘convivência’ com o território. Como resultado, 40 parcelas de aproximadamente 6.300 m² foram dispostas agrupando 4 núcleos de base de dez famílias cada (mapa dividido por cores, Figura 03) respeitando uma premissa do movimento²⁴.

O desenho da área de moradias passou por uma redução na expectativa inicial da comunidade, que era de um hectare por família, pois a mesma decidiu por não reduzir as áreas de mata existentes, respeitando o cuidado com as áreas de várzea e das nascentes, criando também uma faixa de três metros de largura como barreira agroecológica nos limites com as plantações vizinhas de grãos convencionais. O ‘quebra-cabeças’ das áreas acompanharam a altimetria do terreno, conformando um desenho de 40 unidades uma diferente da outra, pois respeitar o próprio relevo foi uma forma de incorporar princípios do cuidado na integração da

²⁴ Os núcleos de base ou grupos de famílias mantêm encontros contínuos, os quais levam seus debates e encaminhamentos para os momentos da comunidade como um todo.

comunidade com ‘a natureza’ do território. Essa premissa foi articulada para o desenho da via principal, como anel irradiador e caminho conectado com a área comunitária, contribuindo assim nos cuidados técnicos e agrícolas²⁵ para evitar processos erosivos no terreno. Esta via com sete metros de largura definiu um importante corpo estruturante tanto técnico, quanto para os fluxos cotidianos *das planejadoras e planejadores* do Padre Roque, uma vez que permite a capilarização das infraestruturas de abastecimento de água e luz às moradias e também do percurso de todas às unidades até o coração da vida comunitária: a própria sede comunitária.

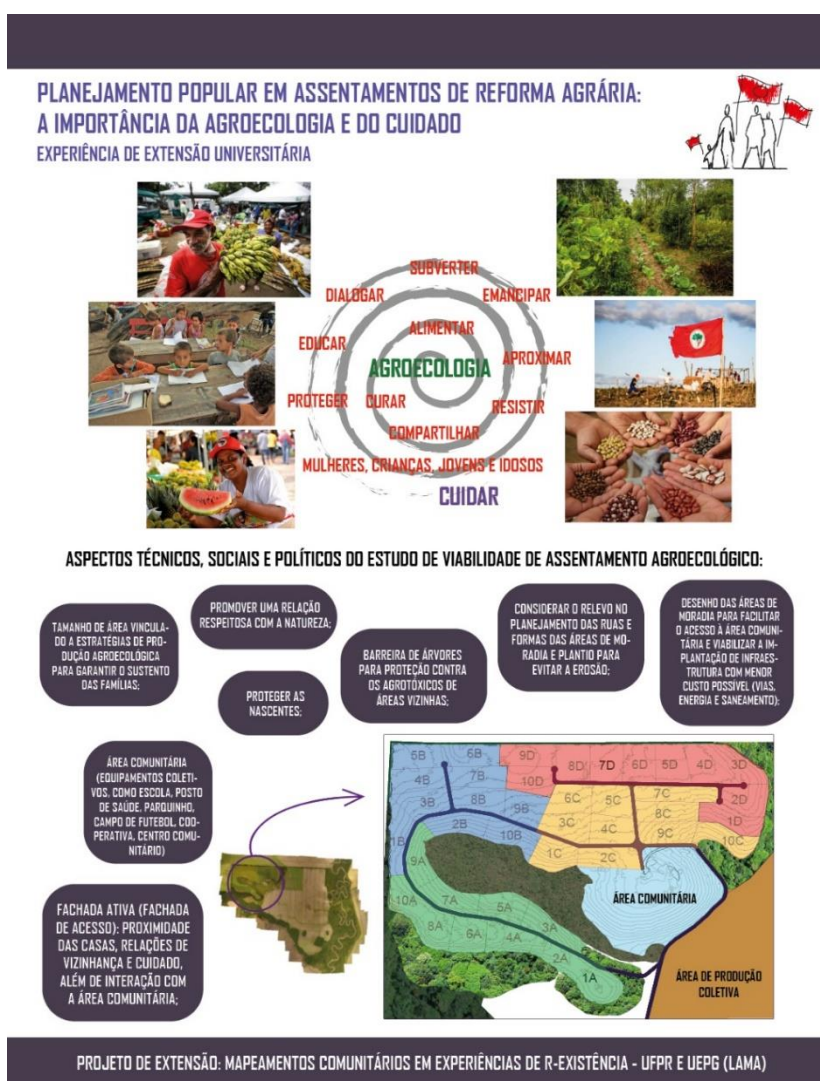


Figura 03: banner construído para socialização da experiência na 19ª Jornada de Agroecologia no Paraná, impresso e entregue à comunidade. Edição gráfica: mapa e sistematização, a autora (2019).

Para além de um desenho em 2D, ele próprio representa o diálogo vivo do enraizamento de um assentamento que procura se integrar ‘ao ambiente’, pois é um traçado que ‘se envolve’

²⁵ O Laboratório de Mecanização Agrícola – LAMA da UEPG, foi um importante parceiro nas observações dos aspectos produtivos nesta Fase 1. O mesmo esteve presente nas oficinas do projeto do Mapeamentos devido à sua existente relação de outras datas da parceria com o MST PR e em específico com a comunidade Maria Rosa.



no mesmo, em seu sentido de ‘ser com’ o território. A preocupação da vida se irradiar no cotidiano do acampamento ocorre também pelo cuidado de como os grupos das mulheres e das gerações das crianças, jovens, adultos e idosos podem caminhar no mesmo pelos caminhos entre casas e até a sede. A decisão por inserir as vias no centro das áreas de moradia considerou junto à isso ‘os olhares compartilhados’ para cuidar dos fluxos desses grupos, dispondo as fachadas de todas as moradias sempre “uma olhando para a outra”. O desenho e o terreno também permitem uma visão diretamente das casas e quintais para a área comunitária, sendo esta uma preocupação importante principalmente para as mães sobre as crianças.

A partir da 5ª até a 10ª e última oficina, foi realizado o processo de sementeira das ideias sobre o eixo comunitário. A Fase 2 se configurou como um processo rico de autorreconhecimento e trocas de histórias nas rodas de chimarrão/mate²⁶. Nas oficinas deste eixo fizemos uso de mapas, fotos aéreas e perspectivas de um modelo digital 3D, uma maquete real e também as andanças com medições na área comunitária (Imagens 03, 04 e 05).



Imagens 03, 04, 05: maquete das áreas de moradia e comunitária; medição da área central da sede comunitária; e moradores do Pe. Roque durante oficina da fase 2. Fotos: a autora (2019).

Ao final dessa Fase foi construída uma metodologia de gestão territorial da área comunitária de acordo com recortes de tempos (de curto, médio e longo prazo), e também as atividades relacionadas a espaços construídos que são prioridades comunitárias dentro dessas temporalidades (Figura 04). A casa e o barracão existentes foram interpretados como infraestruturas que já vivificam o convívio cotidiano das ações desejadas, tanto quanto a área livre e aberta entre e no entorno dos mesmos. O ponto de partida foi reconhecer quem eram as/os sujeitas/os que fazem esta comunidade e quais as ações cotidianas sobre o cuidado da vida

²⁶ De acordo com Ricardo da Silva Mayer da área de patrimônio cultural (2019) o modo de consumo do mate como o fazem atualmente é resultado de um “encontro entre indígenas e europeus” que gerou novos artefatos para novas práticas culturais, “inseridas em um hábito alimentar e numa prática social que, por sua vez, também são frutos de hibridação” e o território dessa prática que também circunscreve o Paraná no seu estudo há de se observar: “Com limites indefinidos, comércio e transporte das riquezas locais, afluência de imigrantes e deslocamento de populações, o território estudado se constituiu em zonas de fronteiras que propiciaram o encontro de não apenas duas culturas, a indígena e a europeia, mas de um conjunto ainda maior se considerarmos que tais culturas não eram blocos uniformes, mas sim diversificadas em seu interior e já afetadas por inúmeras influências.”



que eles faziam para si e para/com os outros, e no/com o território. Esse processo mobilizou uma metodologia nomeada de “árvore dos sonhos²⁷”, com o objetivo de pensar sobre as práticas e sonhos comunitários do Pe. Roque pelos verbos cotidianos: crer, conviver, comer, aprender e curar (Imagem 06). E a partir das “folhas” da árvore, foram articuladas as fases da seguinte forma:

- fase 1 (em vermelho), curto prazo: reparo e manutenção do barracão e da casa comunitária; organização de um mercado comunitário dentro da casa; primeira adequação da praça central e de um estacionamento para o dia a dia da comunidade;
- fase 2 (em azul), médio prazo: transferir ciranda infantil da casa comunitária para local próprio; melhorar a praça central para aumentar seu uso; construir cozinha, churrasqueira e área de mesas anexas ao barracão como local de festa; adequação dos anexos ao barracão como quadra de esportes e uma quadra de maia/bocha;
- fase 3 (em amarelo), longo prazo: construção do posto/espaço de saúde, de uma casa de sementes e de uma estufa para plantas medicinais; novo espaço ecumênico fora da casa comunitária; demarcação de um estacionamento maior para visitantes e de um caminho circular para veículos contornando toda a área comunitária. (FALCADE-PEREIRA, 2021:170, *et al.*)

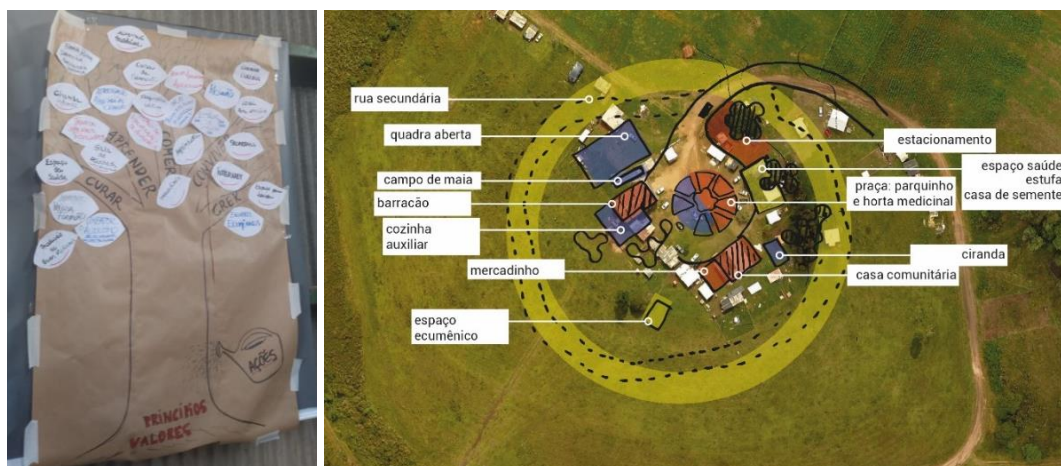


Imagem 06: árvore dos sonhos completa. Foto: projeto “Mapeamentos” (2019); Figura 04: diagrama de espaços propostos para a área comunitária. Elaboração: as autoras, 2020 (FALCADE-PEREIRA, 2021:170, *et al.*).

A realização desta etapa de oficinas ocorreu integralmente na varanda da casa comunitária ao lado da porta principal que entrava para a cozinha. Essa construção em madeira foi realizada pelos homens para que as crianças pudessem fazer uma festa organizada pelas mães, e ter uma mesa ao ar livre com uma cobertura para o sol e a chuva. Observamos que as oficinas do projeto na Fase 1 ocorreram no espaço do barracão, pois era onde presumia-se caber mais pessoas em roda e onde ocorriam as reuniões maiores. No entanto, a comunidade realizou

²⁷ Neste dia, a equipe contou com a presença e articulação metodológica de Priscila Facina Monnerat - Engenheira Florestal, Mestra em Geografia, Agrofloresteira e assentada do MST PR. Priscila é uma importante companheira que mobiliza debates da agroecologia e do cuidado no Setor de Gênero do movimento e que integrou a organização do I Encontro Nacional das Mulheres Sem-Terra em 2020.



o fluxo de migrá-las no eixo 2 para a casa comunitária, utilizando a nova varanda com mesa ao ar livre junto da equipe.

Essa nova dinâmica é relatada devido à facilitação da participação do grupo das mulheres nos processos das oficinas, já que estas são quem mantêm os principais trabalhos de cuidados que ocorrem na estrutura da casa comunitária: limpando, preparando e cozinhando as refeições, cuidando das crianças e dos tempos dos usos dos cômodos da mesma. Este espaço era utilizado cotidianamente para a ciranda infantil, o refeitório comunitário, a secretaria, a armazenagem de alimentos coletivos, o alojamento para pessoas externas, os cultos religiosos, os encontros e as reuniões, etc. Tudo que fosse comum e comunitário, ocorria em torno da antiga casa da fazenda. Foi preciso se atentar para esse cotidiano dinâmico que se mantinha vivo nos momentos das oficinas, as quais realizamos sempre em finais de semana²⁸ e majoritariamente chegávamos no período da manhã, almoçávamos na comunidade e nos despedíamos ao final da tarde. As mulheres eram quem conduziam a cozinha no preparo coletivo das refeições, porém dadas as divisões de tarefas que mantinham os trabalhos referentes ao cuidado com o gênero feminino, elas participavam menos e de forma alternada das oficinas no início das nossas idas a campo.

A migração das atividades de planejamento do acampamento para a casa ocorreu pela vontade de todos os grupos no comum acordo em manter a dinâmica das oficinas integradas neste espaço, e assim o tempo de convívio durante a gestão da área comunitária, nos permitiu perceber um pouco mais (e além) o princípio de desenho da divisão das áreas de moradia sobre ‘os olhares compartilhados’. A proximidade entre corpos nos permitiu cuidarmos coletivamente dos tempos da oficina entremados com os tempos do preparo dos alimentos, a parada para as refeições, o esquentar a água do chimarrão, o lavar das louças, o tempo de parar para um descanso e também o de retornar às prosas e atividades das oficinas. Além dos momentos dedicados a estas, os intervalos entre as ações e atividades também se configuraram como uma ferramenta de tempo imprescindível compartilhada entre a comunidade e a equipe do projeto: a criação do vínculo de confiança. Muitos dos diálogos mais ricos sobre a percepção dos produtos e decisões entre a comunidade ocorreram nestes intervalos e nas andanças pela área comunitária. As mulheres camponesas dialogavam mais com as mulheres da equipe em todos os momentos, e nesse sentido, nos próprios momentos internos da equipe quando realizávamos reuniões de trabalho, nós mulheres da equipe tínhamos outros relatos das vozes e preocupações dos pormenores cotidianos das *planejadoras cuidadoras* camponesas do Pe. Roque. Ainda, há

²⁸ Tanto pela dinâmica de ser mais fácil de reunir boa parte da equipe, quanto pela comunidade que trabalhava na roça durante a semana e predeterminaram preferência em nos receber aos finais de semana.



de se destacar que o grupo de mulheres sempre trazia como enfoque nas suas percepções ‘uma relação’: com as crianças. Esta era uma preocupação constante de cuidado entre estes grupos que relacionava-se diretamente com a autonomia dessas duas gerações no território.



Imagem 07 e 08: meninas da comunidade - entre uma maquete, mapas, e brincadeiras. Fotos: a autora (2019).

Além de serem um grupo que demandou outro olhar sobre diversidade e cuidados que estivessem presentes na gestão territorial, as crianças foram desde a primeira oficina ativamente participantes e trouxeram a demanda de terem uma dinâmica própria de oficinas nos dias em que a equipe estava no acampamento. Essa demanda permitia que as mulheres não precisassem revezar alguma responsável durante as oficinas com os adultos, e ainda desafiou nossa equipe em observar outras linguagens de interação com as crianças. Estas fizeram desenhos, instrumentos musicais, música e outras atividades.

As brincadeiras e cuidados entre si, muito presentes com as crianças também foram percebidas nas relações entre os adultos, e trouxeram mais elementos e particularidades de todas/os as/os sujeitas/os, sendo essa diversidade de corpos, gerações, histórias, origens, entre outros elementos mobilizados que demonstraram os saberes agroecológicos de cuidado através dessa diversidade e ecologia de pessoas. A prática da agroecologia no cotidiano de cuidados e de reprodução da vida do acampamento, seja pelo plantio de seus alimentos, pelo trabalho com a terra e pelo convívio e as relações, principalmente resguardados pelas mulheres camponesas do Pe. Roque, demonstrou o processo de resistência desses corpos diversos semeando sua autonomia comunitária com a terra e seu território. Repensam modelos e trazem o desenho e a gestão territorial para resistir e autonomizar.

SEMEANDO E COLHENDO SABERES : CONVIVENCIALIDADE COTIDIANA E RELACIONALIDADE DO CUIDADO E DA AGROECOLOGIA

O aporte teórico desta pesquisa está em construção, percorrendo um vai e vem desde escalas micro para refletirmos sobre questões do sistema-mundo moderno colonial que vivemos, que somos e que pensamos para descolonizar produções hegemônicas de mundo (bem



como o propagado pelo agronegócio no contexto agrário brasileiro). Essas reflexões dentro do artigo contribuem nos questionamentos de qual planejamento ou desenho territorial estava sendo pensado ao longo do projeto Mapeamentos Comunitários.

Este processo parte de uma intersecção de conceitos compreendidos pela convivencialidade (ILLICH, 2011[1973]:53) com a comunidade, o MST e a equipe do projeto. A ferramenta convivencial, portanto, tanto é um conceito quanto parte da metodologia. E o mesmo ocorre com o cotidiano, que se apresenta como locus histórico e método, pois ativa dimensões chave da vida cotidiana (COLECTIU PUNT 6, 79) que são fundamentais para o desenho territorial realizado.

Estes dois conceitos enquanto método, acionaram um diálogo com as teorias da colonialidade do poder (QUIJANO, 1991) e também da colonialidade de gênero e da sexualidade (LUGONES, 2003) para enxergar os corpos em uma narrativa histórica interseccional de raça, classe, gênero e sexualidade dos/as sujeitas/os do Acampamento Padre Roque e do movimento social que estes compõem - o MST no contexto do Paraná.

Para aproximar da realidade da comunidade sujeita, trazemos Mondardo (2008) em contextualização sobre a história dos povos das florestas da região do estado, que eram populações indígenas e caboclas. Embora distintas, estas territorializações e modos de vida segundo Santos (2008), tinham uma relação com a terra como um meio para garantir seu modo de vida e seu auto sustento, com valor de uso (MONNERAT, 2019) e isto esteve presente nas populações camponesas vindas destes povos - bem como a Agroecologia defendida como modelo alternativo para a sociedade no seu projeto de reforma agrária popular do Programa Agrário do MST (2014).

Segundo Monnerat (2020) as mulheres são os corpos protagonistas nos processos de transição agroecológica dos territórios do MST “resgatando e renovando conceitos e práticas, valorizando sistemas agrícolas tradicionais e sustentáveis, na resistência aos avanços da mercantilização da vida e da natureza (GT Mulheres ANA, 2018)”. Junto aos feminismos camponeses populares e comunitários na Abya Yala, evidenciam outros olhares sobre o debate central do cuidado da vida como produção de resistência e autonomia comunitária. Da mesma forma, Gutierrez e Salazar (2015) “afirmam que a perspectiva comunitária permite visibilizar a reprodução da vida como núcleo configurador de relações sociais” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p. 55).

La posibilidad misma del trabajo comunitario –o de actividades colectivas para la producción de lo común– deviene de un proceso dinámico que gestiona y organiza la reproducción de la vida comunitaria. El sistema de circulación y flujo de bienes comunitarios no puede surgir “de la nada” (...). Tal sistema de



circulación y flujo de bienes comunitarios tampoco consiste en una serie de reglas que se establecen de una vez y para siempre (...), y mucho menos depende del altruismo de los miembros de la comunidad. El sistema de intercambio y flujo de bienes comunitarios se funda, antes que en cualquier otra cosa, en la capacidad de decisión colectiva sobre aquello a intercambiar y sobre los términos mismos del intercambio. (GUTIERREZ e SALAZAR, 2015 p. 36)

O cuidado da reprodução da vida, é então conceito fundamental para a trama deste trabalho, então utilizamos a perspectiva da Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina (ANZORC, 2018) que veem as práticas do cuidado em três componentes e escalas estratégicas: (i) o autocuidado, (ii) o cuidado de pessoas e (iii) o cuidado do território. Para que as pessoas se situem e pratiquem, é interessante interseccionar nestas escalas relacionais a “recuperação dos verbos” de Esteva (2013) para construir estratégias e distintas apropriações e desenhos de planejamento em que vivem a autonomia pelas ações dos verbos, bem como realizado na atividade da “árvore dos sonhos”.

A partir da perspectiva da descolonização de gênero sobre os cuidados, procuramos reconhecer o papel das mulheres enquanto guardiãs-sementes dos cuidados e saberes para reprodução da vida comunitária, e olhar o potencial da redistribuição desses papéis como prospecção (FALCADE-PEREIRA, 2018) comunitária e anticolonial.

CAMINHANDO NA CONSTRUÇÃO DE SABERES: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pluralidade metodológica do projeto do Mapeamentos no Pe. Roque significou ao longo do seu percurso uma aprendizagem horizontalizada, e nos dá pistas de aprofundar esses estudos fundamentados na prática de mundos ‘com eles e para eles’. Como trazido inicialmente essa socialização de experiência tem sido parte da construção da pesquisa-ação de mestrado em andamento, com o enfoque da relacionalidade da agroecologia e do cuidado desde a convivencialidade cotidiana no planejamento territorial em territórios de reforma agrária do MST PR. Este artigo procura contribuir, portanto, junto aos caminhos e provocações que os feminismos camponeses comunitários e populares vem semeando ao diálogo de saberes entre movimentos sociais e uma prática acadêmica e profissional descolonizante.

Para isso, investigo uma relação comunitária da intersecção do cuidado e da agroecologia dessas gerações de mulheres enquanto Guardiãs-sementes da vivência do cuidado e dos saberes agroecológicos, mobilizando práticas de resistência e autonomia da vida, que podem ser uma potencialidade redistribuída a partir de uma perspectiva de descolonização dos gêneros e sexualidades. Estas contribuições nas metodológicas participantes do desenho territorial de



comunidades, dentro de diversos limites não pretende apontar respostas, mas pretende nos provocar às práticas relacionais comunitárias, com possibilidades de trazer outras epistemologias e ontologias também para as práticas de uma geografia anti-colonial.



Imagem 09: um ano após a demarcação do estudo²⁹. Fonte: imagem de satélite, Google Earth (2021). Figura 05: arte³⁰ de um mundo tecido por muitos mundos. Fonte: a autora, 2018.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. **Horizontes comunitario-populares**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

ANZORC. **Asociacion Nacional de Zonas de Reserva Campesina**. <<http://anzorc.com/>>. Acessado em: 20 de abril de 2018.

BONASSI, Bruno Camillo. **Cisnorma: Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2017. 123 p.

COL-LECTIU PUNT 6. **Urbanismo feminista: por una transformaci3n radical de los espacios de vida**. Barcelona: Virus Editorial, 2019.

CONCRAB. **A constituic3o e o desenvolvimento de formas coletivas de organizac3o do trabalho em assentamentos de reforma agrária**. Caderno de Cooperac3o Agrícola n° 11. São Paulo: Concrab, 2004a. CONCRAB. **Construindo o Planejamento Participativo do Assentamento: Processo de Planejamento e Organizac3o do Assentamento – PPOA (Metodologia para a elaborac3o dos “PDAs e PRAs”)**. Caderno de Cooperac3o Agrícola n° 13. São Paulo: Concrab, 2004b. CONCRAB. **Novas formas de assentamentos: a experiênciac3a da Comuna da Terra**. Caderno de Cooperac3o Agrícola n° 15. São Paulo: Concrab, 2004c. CONCRAB. **O que levar em conta para a organizac3o do assentamento – a discuss3o no acampamento**. Caderno de Cooperac3o Agrícola n° 10. São Paulo: Concrab, 2001.

CEPPUR/ Setor de Tecnologia/ UFPR, EMAU-CARACOL/ Setor de Tecnologia/ UFPR, ENCONTTRA/ Setor de Ciências da Terra/UFPR, MAJUP/Setor de Ciências Jurídicas/UFPR. **ESTUDO TÉCNICO N° 02/2020 SOBRE USO E OCUPAC3O COMPARTILHADA DO**

²⁹ Na data 19 de março de 2020 o movimento junto a parceiros cartógrafos realiza a demarcação desse estudo. Em diálogo com moradores da comunidade no ano de 2020, relatam a importância do trabalho feito coletivamente e que seguem semeando e cultivando o território.

³⁰ Arte elaborada para apresentac3o da minha monografia em arquitetura (2018), já investigando os planejamentos, o cuidado e agroecologia no contexto do MST PR.



SOLO NA ÁREA FAZENDA CAPÃO DO CIPÓ (CASTRO/PR). Curitiba. Disponível em: <<http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/ceppur/wp-content/uploads/si-tes/43/2020/10/Estudos-Tecnicos-Fazenda-Capao-do-Cipo-versao-15-10.pdf>> Acesso em: 22 de agosto de 2021.

FALCADE-PEREIRA, Iara Beatriz. **Monografia: Planejamento comunitário em assentamentos rurais: a redistribuição dos papéis de gênero como prospecção emancipatória.** Dep. de Arquitetura e Urbanismo DAU - UFPR. Curitiba: UFPR, 2018.

FALCADE-PEREIRA, Iara Beatriz; MONTENEGRO, Jorge; ANDREOLI, Marcelo Caetano; ALCÂNTARA, Renata Karolina. **Conflitos na reforma agrária e mundos possíveis no planejamento de um assentamento agroecológico no município de Castro-PR.** In: SANSOLO, D. G.; ADDOR, F.; EID, F. Tecnologia social e reforma agrária popular – vol.1. São Paulo, Cultura Acadêmica Editora, 2021.

GT MULHERES – Articulação nacional de Agroecologia – ANA. **Sem Feminismo não há Agroecologia (boletim impresso)**, IV Encontro Nacional de Agroecologia, Belo Horizonte, 2018. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ILLICH, Ivan. **La convivencialidad.** Barcelona: Virus, 2011[1974].

MAYER, Ricardo da Silva. **Bomba de chimarrão, fruto de hibridação cultural.** ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB - Año XI - Diciembre - 2019 - N.º 22 – ISSN: 1688-5317. Uruguay

MST. **Programa Agrário do MST - VI Congresso Nacional do MST.** São Paulo: MST, 2013.

LARROSA, Jorge. **Esperando não se sabe o quê. Sobre o ofício de professor.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero. In: Hollanda,** Heloisa Buarque. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MONDARDO, Leandro Marcos. **Os Caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma “Sociedade Autárquica” a um grupo social excluído.** Marcos Leandro Mondardo Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 2, n. 3 – UFGD - Dourados Jan/Jun 2008.

MONNERAT, Priscila Facina. **Mulheres camponesas e agroecologia no MST do Paraná: os territórios do cotidiano da luta e da luta no cotidiano.** Curitiba: UFPR, 2019.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: SOUZA SANTOS, B; MENESES, M. P. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

SOUZA SANTOS, Boaventura ; MENEZES, Maria Paula; BIDASECA, Karina; NUNES, João Ariscado; RUFER, Mario; SILVA, Teresa Cruz; FARIA, I. F. **Metodologias participantes e conhecimento indígena na Amazônia: Propostas interculturais para a autonomia.** In: Boaventura De Sousa Santos ... [et al.]. (Org.). Epistemologías del Sur - Epistemologias do Sul. 1ed. Buenos Aires: CLACSO CES, 2018, v. 01, p. 133-164.